

## **Apartamentos são entregues em Maio**

*Jornal de Angola*  
21 de Abril de 2011

O ministro de Estado e chefe da Casa Civil da Presidência da República, Carlos Maria Feijó, anunciou ontem, em Luanda, a entrega dos primeiros 3.218 apartamentos da Cidade do Kilamba para finais de Maio e princípios de Junho próximo.

Carlos Feijó, que anunciou o facto durante uma conferência de imprensa que serviu para fazer o balanço das actividades do Executivo referentes ao primeiro trimestre do ano em curso, acrescentou que, até ao próximo ano, devem ser duplicadas, ou mesmo triplicadas, as entregas de apartamentos na referida cidade.

Ainda para o mês de Maio, o ministro de Estado anunciou o lançamento das primeiras 12 unidades fabris na Zona Económica Especial Luanda-Bengo. Referiu que estas fábricas, entre elas de tubos e cabos eléctricos, vão propiciar a criação de mais empregos.

Durante a conferência de imprensa, foram abordados temas como a Reforma do Estado, Finanças Públicas e Política Monetária, Programa Habitacional, Planeamento Económico, aspectos sobre os sectores Social e Produtivo, assim como a política externa.

Relativamente à reforma do Estado, Carlos Feijó disse que, durante o primeiro trimestre deste ano, o Executivo se centrou, essencialmente, na conformação à Constituição da legislação infraconstitucional correspondente à segurança nacional, às Forças Armadas e à Defesa Nacional.

As linhas de força desta legislação, disse, foram oportunamente apreciadas em sede do Conselho da República e, também, durante o primeiro trimestre, no Conselho de Ministros, acrescentando que o projecto está agora em condições de ser submetido à Assembleia Nacional.

Ao introduzir o tema referente às finanças públicas e à política monetária, o ministro de Estado e chefe da Casa Civil da Presidência da República afirmou que a grande preocupação do Executivo tem sido manter a inflação em níveis aceitáveis e procurar cumprir a meta de atingir uma taxa de 12 por cento no fim do ano.

### **Política monetária**

Ao falar sobre o mesmo assunto, governador do Banco Nacional de Angola, José Massano, disse que tem sido acção principal do banco central o controlo dos principais factores que têm provocado tradicionalmente a expansão dos meios de pagamento na economia. Em finais do mês de Março, disse, confirmou-se a tendência que já se vinha verificando desde Novembro do ano passado : a redução da taxa de inflação. O mês de Março, sublinhou, terminou com uma taxa de inflação de 14,76 por cento contra os 15,31 registados em Dezembro.

José Massano admitiu que persistem ainda na economia nacional alguns factores de natureza estrutural que condicionam a oferta de bens e serviços na dimensão que procuram os mais diversos agentes económicos. Disse que esse exercício há-de ser superado, também, com o conjunto de acções em curso para a melhoria das infra-estruturas capazes de promoverem a capacidade produtiva do país.

“Temos estado a conduzir uma política monetária rigorosa, mas com prudência, e com este sentido de estabilidade que possa promover o desenvolvimento da economia”, assegurou o governador do BNA.

José Massano afirmou que o Executivo pretende baixar as taxas de juro, apesar da preocupação que se tem com a inflação. Justificou-se com o facto de, nos níveis actuais, a taxa de juro poder causar exactamente o efeito contrário.

Em suma, disse, a lógica do Executivo é de criar as condições para que a oferta de bens e serviços possa acontecer e que, por essa via, haja mais postos de trabalho e se possa cumprir com um objectivo último : a criação de condições para que a economia se possa desenvolver sob critérios de estabilidade, dando grande confiança quer aos operadores quer aos cidadãos.

O ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, fez uma rápida abordagem sobre o processo da dívida atrasada e sobre a estratégia que o Executivo aprovou neste primeiro trimestre para a dívida pública em 2011.

### **Regularização dos atrasados**

Carlos Alberto Lopes disse que Angola sofreu os efeitos da crise económica e financeira mundial, ocorrida em 2008, o que fez com que, em 2009, fosse forçada a restringir a sua despesa pública,

Em função disso, frisou, ocorreram atrasados, sobretudo os resultantes da execução dos programas de investimento público. Em 2009, acrescentou, fez-se o arrolamento da dívida e, em 2010, estabeleceram-se os mecanismos de regularização desta dívida.

“Estes mecanismos assentavam, sobretudo, na definição de critérios de pagamento aos credores. Os critérios foram definidos e a dívida começou a ser paga em Abril e atingiu a velocidade cruzeiro a partir do mês de Agosto de 2010”, revelou o ministro.

Carlos Lopes acrescentou que, da dívida apurada, foram pagos 2,2 mil milhões de dólares, regularizados até Janeiro do ano em curso, e calcula-se que existe por regularizar 2,5 mil milhões de dólares, que vão ser desagregados em duas parcelas com regularização em 2011.

O ministro das Finanças disse que se prevê que a primeira parcela esteja regularizada até final do mês de Maio e, a partir de Junho, uma regularização permanente mensal para cada um dos credores.

Anunciou também o apuramento da dívida aos bancos comerciais, referindo que, no decurso do primeiro trimestre deste ano, se procedeu ao pagamento em cash de cerca de 650 milhões de dólares e fez uma emissão de obrigações do tesouro na ordem dos 100

milhões de dólares. Calcula-se que o remanescente desta dívida vencida seja de 1,2 mil milhões de dólares e que essa dívida vai ser reescalada e regularizada por via da emissão de Obrigações do Tesouro.

### **Os estragos das chuvas**

Segundo Carlos Feijó, muitas obras ficaram condicionadas pelas consequências das chuvas, tendo sublinhado que as províncias mais afectadas foram as do Namibe, Luanda, Lunda-Sul e Bié. Esta última, disse, foi a mais atingida em termos de infra-estruturas, com mais de 20 escolas destruídas.

Informou que, desde Setembro de 2010 a 18 de Abril do ano em curso, morreram 196 pessoas em todo o país em consequência das chuvas. Carlos Feijó não incluiu nas estatísticas a chuva que caiu ontem sobre Luanda que, segundo ele, corresponde a dois terços de todas as caídas só no mês de Fevereiro. O ministro do Urbanismo e Construção, que falou do estado das infra-estruturas rodoviárias, disse que as estradas do Norte do país sofreram um grau de degradação considerável, acrescentando que o Leste e o Sul não ficaram muito longe dos estragos verificados no Norte. Fernando Fonseca lembrou que na província do Namibe, troços importantes ficaram danificados e as perdas em termos de infra-estruturas destruídas, nomeadamente pontes, ficaram calculadas em cerca de 360 milhões de dólares. Uma das pontes danificadas foi sobre o rio Giraúl.